

CIRURGIÃO-DENTISTA

DIPLOMA LEGAL	DATA	EMENTA
Lei nº 318	23/9/1992	Cria as Gratificações de Incentivo às Ações Básicas de Saúde e de Movimentação para os servidores da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, e dá outras providências.
Lei nº 941	18/10/1995	Concede a gratificação de que trata a Lei nº 550, de 29/9/1993, com denominação alterada pelo § 2º do art. 1º, da Lei nº 785, de 7/11/1994, aos servidores que menciona, e dá outras providências.
Lei nº 2.339	12/4/1999	Cria Gratificação por Condições Especiais de Trabalho, GCET, para servidores com jornada de quarenta horas semanais na Fundação Hospitalar do Distrito Federal.
Lei nº 2.595	25/9/2000 DODF nº 185, de 26/9/2000	Cria a Carreira de Cirurgião-Dentista no Quadro de Pessoal do Distrito Federal e fixa os seus vencimentos.
LEI nº 2.770	18/09/2001	Concede aos servidores que especifica parcela pecuniária e dá outras providências.
Lei nº 2.771	19/9/2001 DODF de 20/9/2001	Dispõe sobre a criação da Gratificação de Atividade de Ensino na escola Superior de Ciências da Saúde da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde, FEPECS.
Portarias de 22/2/2002	22/2/2002 DODF nº 37, de 25/2/2002	Define os quantitativos das especialidades dos cargos das carreiras Médica, de Enfermeiro e de Cirurgião-Dentista do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde.
Lei nº 2.950	19/4/2002 DODF de 23/4/2002	Altera o valor do vencimento básico das carreiras que menciona.
Decreto nº 22.905	24/4/2002 DODF nº 78, de 25/4/2002	Regulamenta o instituto da progressão e promoção funcional das carreiras que especifica e dá outras providências.
Decreto nº 22.016	11/6/2002 DODF nº 110, de 12/6/2002	Institui a equivalência de recursos das Áreas Médicas e Odontológicas com o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e Curso Superior de Polícia.
Lei nº 2.998	3/7/2002 DODF nº 125, de 4/7/2002	Altera o Anexo I da Lei nº 2.734, de 06/07/2001, que "dispõe sobre a criação de cargos em comissão e de funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Distrito Federal, parte relativa à Secretaria de Educação, e dá outras providências."
Lei nº 3.014	11/7/2002 DODF nº 132, de 15/7/2002	Altera dispositivos da Lei nº 1.062, de 2/5/1996, e nº 2.816, de 13/11/2001.
Decreto nº 23.924	18/7/2003 DODF nº 138, de 21/7/2003	Regulamenta a Lei nº 2.771, de 19/9/2001, que dispõe sobre a Gratificação de Atividade de Ensino, GAE, e dá outras providências.
Lei nº 3.321	18/2/2004 DODF nº 35, de 19/2/2004	Reestrutura a Carreira de Cirurgião-Dentista.
Portaria Conjunta nº 23 - SGA/SES	11/10/2004 DODF nº 196, de 13/10/2004	Definir os quantitativos dos cargos das carreiras Assistência Pública à Saúde, Enfermeiro, Cirurgião-Dentista e Médica.

CIRURGIÃO-DENTISTA

Portaria nº 185	23/12/2004	Estabelecer critérios de acordo com a legislação vigente.
Portaria nº 193 - SES	31/12/2004 DODF nº 03, 05/01/2005	Disciplina os atos de remoção de servidores lotados na Secretaria de Saúde.
Portaria nº 194 - SES	31/12/2004 DODF nº 03, 05/01/2005	Aprova as normas para concessão da Gratificação de Titulação das carreiras Assistência Pública à Saúde, Cirurgião-Dentista, Enfermeiro e Médica do Distrito Federal.
Lei nº 3.643	4/8/2005 DODF nº 171, de 8/9/2005	Altera a Lei nº 3.321, de 18/2/2005.
Lei nº 3.716	9/12/2005 DODF nº 63, de 30/3/2006	Cria o emprego de Agente Comunitário do DF e altera o quantitativo de cargos das carreiras Médica, Cirurgião-Dentista, Enfermeiro e Assistência Pública à Saúde.
Lei nº 3.782	20/1/2006 DODF nº 63, de 30/3/2006	Reajusta a tabela de vencimentos e dá outras providências.
Lei nº 3.779	27/1/2006 DODF nº 24, de 1º/2/2006	As parcelas denominadas VPNI de que trata o art. 1º da Lei nº 1.867/1998 serão majoradas nos mesmos percentuais aplicados aos vencimentos do cargo do servidor em decorrência de reestruturação de carreira ou realinhamento de tabelas.
Lei nº 3.831	14/3/2006 DODF nº 53, de 16/3/2006	Cria o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS e cria cargos para fins de lotação no Centro de Atenção ao Trabalho e à Saúde do Servidor do Distrito Federal – CENTRS (art. 38).
Portaria Conjunta nº 8 - SGA/SES	18/7/2006 DODF nº 137, de 19/7/2006	Estabelecer as atribuições dos cargos da Carreira Cirurgião-Dentista do Distrito Federal.
Portaria nº 3	23/1/2007 DODF nº 24, de 1º/2/2007	Disciplina os atos de remoção de servidores dos Quadros de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.
Lei nº 4.015	21/9/2007 DODF nº 184, de 24/9/2007	Altera o percentual da Gratificação de Atividade Odontológica de 210% para 235% a partir de 1º/9/2007, bem como a jornada de trabalho do enfermeiro.
Decreto nº 28.648	27/12/2007 DODF nº 247, de 28/12/2007	Dispõe sobre a cessão de servidores das áreas de Educação, Saúde e Segurança Civil e Militar do Distrito Federal.
Decreto nº 28.763	11/2/2008 DODF nº 28, de 12/2/2008	Dispõe sobre a cessão de servidores das áreas de Educação, Saúde e Segurança Civil e Militar de Distrito Federal, e da outras providências.
Lei nº 4.203	5/9/2008 DODF nº 178 de 8/9/2008	Altera as Tabelas de Vencimentos Básicos das carreiras Assistência Pública à Saúde, Cirurgião-Dentista e Enfermeiro, bem como os salários da Tabela de Empregos Comunitários.

CIRURGIÃO-DENTISTA

Lei nº 4.465	18/3/2010 DODF nº 54, de 19/3/2010	Altera as tabelas de vencimento básico das carreiras de Cirurgião Dentista do quadro de pessoal do Distrito Federal, e da outras providências.
Portaria Conjunta nº 22	12/5/2010 DODF nº 91, de 13/5/2010	Estabelece as especialidades e respectivas atribuições do cargo Cirurgião-Dentista.
Resolução CPRH	31/1/2011 DODF nº 22, de 1º 2/2011 Republicada DODF nº 23, de 2/2/2011	Aprova o proposto aumento do quantitativo de vagas para os cargos de Médico, Enfermeiro, Cirurgião-Dentista, Especialista em Saúde, Técnico em Saúde e Auxiliar de Saúde.
Lei nº 4.541	18/2/2011 DODF nº 36, de 21/2/2011	Altera o quantitativo estabelecido no Anexo II da Lei nº 3.716, de 9/12/2005, e no Anexo I da Lei nº 3.870, de 16/6/2006.
Lei nº 4.724	28/12/2011 DODF nº 249, de 29/12/2011	Reajusta as tabelas de vencimentos das carreiras que menciona e dá outras providências (Carreira Assistência à Educação, Carreira Cirurgião Dentista e Carreira Enfermeiro).
Portaria nº 240	10/9/2013 DODF nº 189, de 11/9/2013	Incluir as Unidades de Pronto-Atendimento, Upas, e as áreas de Pronto-Atendimento dos Centros e Postos de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal no §1º do artigo 9º da Lei nº 3.321/2004, que reestruturou a Carreira de Cirurgião-Dentista do Distrito Federal.
Lei nº 5.185	25/9/2013 DODF nº 200, de 26/9/2013	Reestrutura a tabela vencimentos da Carreira Cirurgião-Dentista do Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências.
Lei nº 5.277	24/12/2013 DODF nº 279, de 27/12/2013	Altera as leis que menciona e dá outras providências. Art. 2º A tabela de escalonamento vertical da Carreira Cirurgião Dentista do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, criada pela Lei nº 2.595, de 02/09/2000, fica reestruturada, a partir de 1º de setembro de 2013, na forma do Anexo II desta Lei.
Portaria nº 199	1º/10/2014 DODF Nº 207, 2/010/2014	Dispõe sobre os horários de funcionamento das Unidades Orgânicas da Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF, elaboração de escalas de serviços, distribuição de carga horária dos servidores efetivos, dos servidores requisitados de outros órgãos, ocupantes de cargos comissionados e de natureza especial, dos contratados nos termos das Leis nº 4.266/2008 e nº 5.240/2013, dos empregados públicos e dá outras providências.
Decreto nº 36.273	16/01/2015 DODF Nº 14, DE 16/01/2015	Dispõe sobre autorização de serviço extraordinário no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.
Portaria Conjunta nº 17	24/11/2016 DODF nº 222, de 25/11/2016	Altera a Portaria Conjunta nº 8, de 18/07/2006, da Secretária de Estado de Gestão Administrativa do DF da Secretária de Estado de Saúde do DF, publicada no DODF nº 137, de 19/07/ 2006, pg. 2, que dispõe acerca das atribuições das Especialidades dos Cargos das Carreiras: Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, Cirurgião Dentista, Enfermeiro e Médica e dá outras providências.

CIRURGIÃO-DENTISTA

Lei nº 6.455	26/12/2019 DODF nº 246, de 27/12/2019	Dispõe sobre as atividades de preceptoria nas carreiras Médica, Cirurgião Dentista, Enfermeiro e Assistência Pública à Saúde e dá outras providências
Lei nº 6.688	28/09/2020 DODF nº 198, de 19/10/2020	Ação direta de inconstitucionalidade Lei Distrital nº 6.688/2020 - DODF nº 100, de 03/05/2022 Assegura, em caráter indenizatório, o fardamento (uniforme) para os profissionais que desempenham suas atribuições na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência do Distrito Federal – SAMU/DF. (...) § 1º O auxílio-fardamento para os profissionais que desempenham suas atribuições na SES/DF consiste em montante necessário para a aquisição de jalecos e demais itens inerentes à vestimenta e de uso pessoal obrigatório. § 2º O auxílio-fardamento para os profissionais que desempenham suas atribuições no SAMU/DF consiste em montante necessário para a aquisição de calça, camiseta, colete, macacão, bota, boné, luva, cinto e demais itens inerentes à vestimenta e de uso pessoal obrigatório.
Lei complementar nº 974	28/09/2020 DODF nº 204, de 27/10/2020	Altera a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011... (...) estabelecendo critérios para o adicional de insalubridade aos servidores públicos do Distrito Federal que atuem diretamente no controle, na prevenção e no atendimento relacionados ao vírus da Covid-19 (...)Art. 1º O art. 83 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º a 8º:
Portaria nº 548,	08/06/2021 DODF nº 106, de 09/06/2021	Institui o Teletrabalho na SES
Lei nº 7.114	02/04/2022 DODF nº 29A, de 02/04/2022	Altera a Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências.
Ação Direta De Inconstitucionalidade Lei Distrital nº 6.688/2020	DODF nº 100, de 03/05/2022	1. A Lei Distrital nº 6.688/2020, de iniciativa parlamentar, instituiu auxílio fardamento para os profissionais que desempenham suas atribuições na SES/DF. 2. A iniciativa de leis que disponham sobre a administração do Distrito Federal e o regime jurídico desses servidores públicos é privativa do Governador do Distrito Federal, nos termos do art. 71, § 1º, II, e 100, VI e X, da Lei Orgânica do DF. 3. A verossimilhança da alegação de vício de inconstitucionalidade formal da Lei Distrital nº 6.688/2020, acrescida da possibilidade de prejuízos à Administração Pública com a obrigação de pagamento a servidores públicos de verba fundamentada em norma, a priori, inconstitucional, enseja a suspensão da eficácia do ato normativo, em sede de cognição

CIRURGIÃO-DENTISTA

		sumária. 4. Medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade concedida. Decisão: Deferida a liminarnos termos do voto do Relator. Unânime
Decreto nº 44.160	25/01/2022 DODF nº 19, de 26/01/2023	Dispõe sobre o retorno dos servidores do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que se encontram desempenhando suas atividades funcionais no Instituto de GestãoEstratégica de Saúde do Distrito Federal.
Decreto nº 44.207	07/02/2023 DODF nº 16A, de 07/02/2023	Altera o Decreto nº 44.160, de 25 de janeiro de 2023, que dispõe sobre o retorno dos servidores doquadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que se encontram desempenhando suas atividades funcionais no Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal.
Parecer Jurídico n.º 446 2022-PGCONS- PGDF/2022	Processo Número 00064- 00001296-2021-92	Versa sobre a Lei 6.455/2019-DF, que "restringiu o pagamento da Gratificação pela Atividade de Preceptoria pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal a servidores de carreiras de profissionais de saúde vinculadas à SES-DF, lotados em unidade de saúde, que exerçam a atividade de preceptoria,não podendo, pois, ser paga a empregados celetistas contratados pelo IGES e peloICIPE
Lei nº 7.253	02/05/2023 DODF nº 82, de 03/05/2023	Dispõe sobre o reajuste geral dos servidores ativos, aposentados e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

Atualizado: 31/07/2023